



Na luta com as mulheres negras, latino-americanas e caribenhas

COLETIVO PONTA DE LANÇA

**Mulheres negras
periféricas na Amazônia**

VIOLÊNCIA DE ESTADO

**30 anos de luta das
Mães de Acari**

AGENDA DE LUTAS JULHO DE 2020

Na luta com as mulheres negras, latino-americanas e caribenhas

Mulheres, negras, mães, quilombolas, amazônicas, comunicadoras, ativistas, artistas, jovens, estudantes e resistentes. São essas mulheres, e seus coletivos de atuação, as protagonistas e autoras dos artigos desta edição da *Revista Reconexão Periferias*.

Em virtude da data de 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha, nossa revista propõe-se a dar visibilidade às ações de luta que ocorrem atualmente nas periferias do Brasil em torno desse tema. As iniciativas são muitas e diversas, contudo, todas trazem um eixo comum em torno da luta pela vida da população negra e, em especial, das

A luta feminista e antirracista segue atual e necessária, sendo fundamental para transformar a sociedade em que vivemos.

mulheres negras, assim como pelo reconhecimento da contribuição histórica dos movimentos antirracistas para a democracia e para a esquerda latino americana. Contribuições muitas vezes invisibilizadas ou menosprezadas até mesmo em espaços da esquerda, evidenciando que a luta feminista e antirracista segue atual e necessária, sendo fundamental para transformar a sociedade em que vivemos.

Em um momento de completo descaso do governo federal com a vida das pessoas, que pode ser observado desde suas ações que validam o genocídio da juventude negra e aprofundam os efeitos da pandemia, passando por uma política excludente de educação e pela inexistência de políticas culturais e de geração de emprego e renda, mais do que nunca é preciso resistir e denunciar.

Resistir e denunciar o governo Bolsonaro é não silenciar diante do machismo e do racismo, é colocar-se com as mulheres negras e as periferias que, com todas adversidades, seguem construindo lógicas coletivas e solidárias de enfrentamento à nossa dura realidade. ■

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR DO PROJETO E ORGANIZADOR DA EDIÇÃO** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** ANA CAROLINA DOS SANTOS, CIDA ARIPÓRIA, CLÉIA ALVES, CRISTINA PAIM, HELENA MEIRELES, JANÁINA BARBOSA, JÉSSICA GONZAGA NAPOLEÃO VALOIS, MONICA CUNHA, RAQUEL KARINA CARDOSO DE SOUZA, VANESSA FELIX ■ **EDITOR** ROGÉRIO CHAVES ■ **REVISÃO** ANGÉLICA RAMACIOTTI ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CACO BISOL PRODUÇÃO GRÁFICA ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** ALOIZIO MERCADANTE (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JÉSSICA ITALOEMA, LINDBERGH FARIAS, MÁRCIO JARDIM, VALTER POMAR

30 anos de luta das Mães de Acari

MONICA CUNHA

A década de 1980, no Brasil, foi marcada pelo processo de redemocratização institucional, contando com a eleição do primeiro presidente não militar em décadas, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e a realização das primeiras eleições diretas para presidente desde 1960. Neste período, a memória das violências praticadas pelo regime de exceção contra militantes, especialmente de esquerda, e opositores do regime militar pulsava e era, a todo instante, trazida à tona, como no discurso de Ulisses Guimarães ao promulgar a Constituição de 1988.

A ditadura militar é uma página da nossa história que precisa ser virada, ainda mais nos tempos atuais em que manifestações criminosas pedem nova intervenção militar, mas é preciso também afirmar que, quando

Para mim, sempre ficou a pergunta: e a violência contra negros e periféricos? Será que isso só existiu após a ditadura?

falamos da violência por ela praticada, a ideia que se tem, principalmente, é de torturas e execuções contra jovens de classe média ou alta. E para mim, sempre ficou a pergunta: e a violência contra negros e periféricos? Será que isso só existiu após a ditadura?

Alguns pesquisadores afirmam que o aparato da repressão política da ditadura, a partir da redemocratização, foi voltado para a repressão à criminalidade e, conseqüentemente, atingiu mais negros e favelados, do que nos “anos de chumbo”. A meu ver, isso não passa

de uma fala racista que naturaliza a associação de pretos e periféricos à criminalidade, ignorando a seletividade e o racismo institucional da política de segurança.

Por isso, para mim, essa pergunta deve ser melhor respondida pelo fato de que a violência contra negros e periféricos ser tão comum e remeter a um processo tão visceral da formação da sociedade brasileira (a escravidão), que se tornou naturalizada e não recebe o devido destaque.

Neste contexto de retomada da “vida democrática”, em 1990, a sociedade brasileira foi surpreendida pela mobilização de onze famílias, protagonizada pelas mães das vítimas de um crime bárbaro que envolveu sequestro, execução e desaparecimento forçado, métodos muito utilizados na repressão

MONICA CUNHA
É FUNDADORA E COORDENADORA DO MOVIMENTO MOLEQUE QUE REÚNE MÃES E FAMILIARES DE JOVENS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA POLICIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

política da ditadura, mas que desta vez vitimou onze jovens periféricos, moradores da favela de Acari, na zona norte do Rio. O crime ocorreu em um sítio localizado no município de Magé, na Baixada Fluminense e foi praticado por um grupo de extermínio formado por policiais militares, conhecido como Cavalos Corredores.

As circunstâncias do crime, que rapidamente remetem à memória recente da repressão política contra jovens de classe média, contribuíram para o destaque do caso, mas foi a mobilização e a luta dessas mães que permitiram que o caso fosse conhecido nacional e internacionalmente. Foi a força dessas mulheres, negras em sua maioria, que a vida inteira resistiram, que gritaram aos quatro cantos do mundo por justiça e em busca dos corpos de seus filhos para que pudessem dar a eles um sepultamento digno. As Mães de Acari tomaram o mundo, viraram reportagens, teses de doutorado, livros e

As Mães de Acari tomaram o mundo, viraram reportagens, teses de doutorado, livros e filmes.

filmes. Inspiram todos os movimentos de familiares contra a violência policial, no Rio e no Brasil, até os dias de hoje.

O impacto da mobilização destas mulheres foi tanto, que inúmeras foram as tentativas de silenciá-las. Desacreditá-las foi uma delas, inclusive utilizando a expressão “mães de bandido”, mas nada foi capaz de pará-las. Nem mesmo a execução de Edméia, uma das lideranças do grupo, em circunstâncias que não deixam dúvidas se tratar de uma execução com o intuito de intimidar o coletivo.

A única coisa que freou essas mulheres foi a dor. A dor da perda. A dor por não ter enterrado seus filhos. A dor e as suas consequências para o corpo. O adoecimento. E esse processo de adoecimento se dá ao longo do tempo,

às vezes muito tempo. E neste período, outras mães e coletivos se somaram na luta contra o genocídio da juventude negra e periférica e puderam aprender com o seu legado de dar continuidade à luta.

Hoje estamos organizadas em uma rede nacional de familiares, protagonizada pelas mães, que reúne movimentos e coletivos de todo o país, com articulações nacionais e internacionais. Buscamos denunciar a política de extermínio representada pela atuação das polícias em todo o país e o racismo estrutural que permite que a sociedade brasileira ignore o genocídio em curso. Fazemos atos com o apoio de outras organizações da sociedade civil, ocupamos assentos em espaços oficiais de controle social das políticas públicas e somos protagonistas da nossa luta.

Inspiradas pelo exemplo das Mães de Acari, nós gritamos: **NÓS, MÃES DE VÍTIMAS DA VIO-LÊNCIA DESTE ESTADO, VAMOS PARIR UM NOVO PAÍS!** ■

Mulheres negras periféricas na Amazônia

RAQUEL KARINA CARDOSO DE SOUZA E
JÉSSICA GONZAGA NAPOLEÃO VALOIS

Expressões de resistência a partir da Fundação do Coletivo Ponta de Lança: o que podem iniciativas independentes contra o processos históricos de subjugo social e cultural?

Da negação e exclusão

Falar de negritude amazônica é falar também de seu processo de invisibilidade, que se expressa primariamente na desafiante ação de análise e compreensão das complexidades que compõem a região norte do país. Nesta região, a presença negra foi sistematicamente negada em discursos oficiais e na produção de leituras críticas acerca da constituição identitária local. Assim, ao se tratar deste grupo, necessária é a atenção aos seus processos de vivências e de como estes são atravessados por interseccionalidades que revelam diferentes níveis de discriminação, intolerância e exclusão. Dessa forma, evidenciar iniciativas au-

THAIS MOREIRA



tônomas de organização, resistência e ressignificação desse território, significa possibilitar verdadeiros processos de empate em um cenário de negação, exclusão e silenciamento.

Do silenciamento

Compreendendo que o processo de urbanização na região norte é herança da política de colonização que tomou posse dos territórios amazônicos, “onde os limites eram os modos de ser e estar em Natureza, com diversidades e complexidades de organização e laços societários”, e que a partir da “posse que precedeu a conquista”

tornou-se parte do *Novo Mundo*, sendo-lhe atribuída uma função social nova, inserindo-a no jogo político internacional do *Velho Mundo* (SILVA, 2004). Observamos como marca desse processo os intensos fluxos migratórios provenientes do interior do estado e de diversas regiões do país que se efetivaram, sobretudo, durante o *Período Áureo da Borracha* (1879-1945) e, posteriormente, com o Projeto da *Zona Franca* (1967). Estas migrações foram determinantes na constituição dos bairros periféricos e na formação sociocultural desses territórios, refletindo ainda

RAQUEL KARINA CARDOSO DE SOUZA É JOVEM MULHER NEGRA E PERIFÉRICA, NASCIDA EM MANAUS, ONDE ATUA COMO MEMBRO DO COLETIVO PONTA DE LANÇA, DO FÓRUM DE MULHERES AFRO-AMERÍNDIAS E CARIBENHAS E DA COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE PRETAS, PRETOS E POVOS DE TERREIRO - QUILOMBO PETISTA. É GRADUADA EM LETRAS, LÍNGUA PORTUGUESA, PELA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA).

JÉSSICA GONZAGA NAPOLEÃO VALOIS É MORADORA DO PURAQUEQUARA, MEMBRO DO COLETIVO PONTA DE LANÇA, DA JUVENTUDE DO NÚCLEO DE PRETAS, PRETOS E POVOS DE TERREIRO - QUILOMBO PETISTA, DO FÓRUM DE MULHERES AFRO-AMERÍNDIAS E CARIBENHAS E DO FÓRUM DAS ÁGUAS. É GRADUANDA EM LETRAS, LÍNGUA PORTUGUESA, PELA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA).

hoje nos fenômenos que moldam as relações nas comunidades localizadas no entorno da capital. Os registros oficiais evidenciam que esta população migrante, proveniente do interior do estado, era constituída majoritariamente por moradores de comunidades ribeirinhas e por uma grande parcela de descendentes indígenas, até então aldeados, ou que viviam em comunidades às margens dos diversos afluentes dos rios Negro, Solimões, Amazonas e Madeira. Outro elemento fundamental para compreendermos estas relações é o fato de que essas comunidades além de serem integradas, numa menor proporção, por migrantes vindos de outras regiões do país, também apresentam as complexidades de uma descendência negra que teve suas contribuições identitárias invisibilizadas nos discursos oficiais acerca da Amazônia. Evidência disso é o lugar de exclusão econômica, social e cultural historicamente reservado às mulheres negras, panorama de segregação que é duplamente intensificado às mulheres,

Nesta região, a presença negra foi sistematicamente negada em discursos oficiais e na produção de leituras críticas acerca da constituição identitária local

negras, pobres e moradoras de áreas periféricas do norte do Brasil.

Nesse sentido, abordar a construção de uma comunicação popular, dirigida por jovens mulheres negras na Amazônia, perpassa pelas problemáticas dos sistemáticos processos de expropriação de seus territórios, silenciamento e invisibilidade das mulheres negras em todas as esferas da produção de discursos, sobretudo nos campos das artes, e pela não eficácia de políticas públicas que garantam o acesso à formação artística em áreas periféricas, configurando na não garantia do direito à cultura e ao livre acesso à criação artística que contribuem diretamente na apropriação de instrumentos de construção de

discurso *sobre si e sobre o mundo*.

À resistência

E o que podem iniciativas independentes contra um processo histórico de subjugação social e cultural que ainda atualmente demonstra suas consequências?

“É preciso conhecer a fome para descrevê-la”, diria Carolina Maria de Jesus. Quando representações de grupos historicamente segregados se organizam, estes estão pautando a sociedade e reivindicando o respeito ao seu espaço e modo de vida, dispõem-se a uma disputa em que “[...] o que se está em jogo é a possibilidade de dizer sobre si e sobre o mundo, de se fazer visível dentro dele[...].” (DALCASTAGNÈ, 2012). A luta está na construção de veículos de visibilidade que possam combater a mecânica de retratação de um *Outro* distante, de quem se fala, mas não se ouve. Apontasse, dessa forma, para uma direção possível de empoderamento dos discursos periféricos através da construção de um projeto

de comunicação independente que proporcione instrumentos materiais de compreensão e criticidade de suas realidades cotidianas, respeitando as pluralidades e complexidades que lhe são próprias. Seria a utilização, como afirma Marcos Bagno (2002, p.71), de

“[...]todo esse formidável poder de influência dos meios de comunicação e dos recursos da informática [que] poderia ser de grande utilidade se fosse usado precisamente na direção oposta: na destruição dos velhos mitos, na elevação da autoestima linguística dos brasileiros

estabelece-se, portanto, a relevância na iniciativa da construção de espaços de escuta ativa, análise e registros voltados às especificidades dessa região, possibilitando construção de processos de ressignificação de suas diversidades e das desigualdades a que são submetidos, também enquanto dimensões da sociedade brasileira.

É a partir desse contexto que o Coletivo Ponta de

Lança se estruturou e atua em comunicação popular, produção audiovisual independente, educação e formação política nos territórios periféricos do estado do Amazonas. Fundado em 2018, é constituído por jovens mulheres negras moradoras de bairros periféricos da cidade de Manaus. Desde então, atua dando suporte em comunicação aos movimentos sociais de mulheres, negro, afro-religioso, pela moradia e socioambiental, além de produzir registros documentais, no formato de curtas-metragens, de forma independente. O processo de construção das produções audiovisuais parte de uma perspectiva de lugar de fala na busca de diferentes vozes, de distintos contextos socioculturais, para a tessitura de uma leitura crítica da realidade local, desenvolvendo a difusão de base em articulação com movimentos comunitários, sociais e culturais. Tem como local de incidência os bairros das zonas periféricas e as comunidades ribeirinhas e rurais nos entornos da cidade de Manaus.

Constitui-se assim, um projeto que se dispõe a um empate contra a negação, exclusão e silenciamento, direcionando suas ações no intento de descentralizar os processos de produção de conhecimento, restituir o valor simbólico de narrativas historicamente silenciadas, partindo de uma dinâmica contra hegemônica de inclusão e de participação ativa de grupos historicamente postos às margens do acesso aos instrumentos legitimadores do discurso. ■

Bibliografia

- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico - O que é, como se faz?** Loyola: São Paulo, 2002.
- DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado.** Editora Horizonte: Rio de Janeiro, 2012.
- SILVA, Marilene Côrrea da. **O país das Amazonas.** Editora Valer: Manaus, 2004.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad.: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pedrosa Feitosa. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2004.

UM COLETIVO DE MULHERES NEGRAS PARA A MANUTENÇÃO DA VIDA

Educação para as relações étnico-raciais e as pautas para uma educação antirracista

ANA CAROLINA DOS SANTOS, CRISTINA PAIM, HELENA MEIRELES, JANAÍNA BARBOSA E VANESSA FELIX

ANA CAROLINA DOS SANTOS É PEDAGOGA, EDUCADORA ESPECIAL COM ESPECIALIZAÇÃO EM DEFICIÊNCIA MENTAL E RECREACIONISTA HOSPITALAR.

CRISTINA PAIM É PEDAGOGA, ESPECIALISTA EM ALFABETIZAÇÃO E FONOAUDIÓLOGA.

HELENA MEIRELES É ARTE-EDUCADORA E IDEALIZADORA DA OKÁ ACESSÓRIOS.

JANAÍNA BARBOSA É PEDAGOGA E ESPECIALISTA EM INFORMÁTICA INSTRUMENTAL PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

VANESSA FELIX É PEDAGOGA, ESPECIALISTA EM HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E GRADUANDA EM PSICOLOGIA.



Coletivo Quilombelas, formado por mulheres negras, professoras da rede municipal de educação e cotistas, nasce em março de 2018 em meio a retrocessos sociais, das relações raciais, políticos e econômicos. As políticas de sucateamento da Educação e os afetos reverberados diante da execução de uma mulher negra, política, mestre, representativa,

homossexual e militante, a vereadora Marielle Franco, nos atingiu em cheio, deixando marcas profundas. Porém, os sentidos dessas marcas foram sendo desdobrados e a necessidade de falar a respeito de questões inerentes à negritude e educação foi exigindo um lugar, um *espaço de dizer*: um coletivo. O Coletivo Quilombelas, se constitui, portanto, em um *espaço de dizer*

dentro de uma proposta de quilombamento. Nas palavras de Emiliano de Camargo David (2018), quilombar significa resistir em “busca libertária, abolicionista e antirracista, valorizando os aspectos territoriais e culturais [...]”. Dessa forma, tendo como objetivo criar dispositivos de intervenção nos espaços e tempos da escola e partindo das discussões sobre negritude

e seus atravessamentos políticos, subjetivos, coletivos, identitários e de diferenças, idealizamos gerar um movimento espiralar que atinja colegas, equipe diretiva e funcionários para a implantação da lei 10.639/2003 cujo conteúdo inclui “o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003).

Diante de um Estado condutor de uma política de morte, da morte das populações e, majoritariamente, da população negra, um coletivo de professoras negras cria meios para produzir, dentro do espaço escolar, formas de manutenção da vida. Em nossas ações educativas, propomos trabalhar questões acerca da negritude, estabelecidas na lei através de

Diante de um Estado condutor de uma política de morte, um coletivo de professoras negras cria meios para produzir, dentro o espaço escolar, formas de manutenção da vida.

mural permanente para a instituição de uma ambiência racial, oficinas de autocuidado, discussões, seminários, rodas de leituras, contação de histórias, dança, jogos, brincadeiras, exposição fotográfica, desenhos, troca de experiência com outras escolas, ressignificação de fatos históricos, relatos de personalidades locais, protagonismo estudantil, além de propor a formação de outros coletivos nos espaços em que somos chamadas a participar.

Para fazer viver contra a produção sistemática da morte de pessoas negras pela política estatal, insistimos em

criar tecnologias de resistência no sentido de manter a vida, tanto dentro da escola quanto dentro da comunidade. Para tanto, “atacamos” o currículo nas suas lacunas quanto à implementação da lei 10.639/2003 problematizando-o para que a lei seja efetivada. Desdobrando a lei, vemos que ela abarca a Educação para as relações étnico-raciais, assim como também para uma Educação que seja antirracista. Nos apoiando nas palavras da pedagoga Clélia Rosa, entendemos que:

o objetivo principal da Educação antirracista é acolher as diferenças e combater as desigualdades, é reivindicar o direito ao afeto aos meninos e meninas negras. É o direito ao colo na educação infantil, a se sentir querido/querida, que dá a mão à criança negra. Temos o exemplo trágico do menino Miguel que nos faz pensar o quanto as crianças negras são negligenciadas pela sociedade. Então,

a educação antirracista não pode perder de vista o afeto aos corpos negros. É projetar uma sociedade com humanidade (ROSA, 2020).

Numa Educação antirracista, portanto, se faz necessário resgatar a humanidade da existência negra abolida desde a escravização dos povos africanos no Brasil em que foram lidos como não humanos e que ainda emaranha e faz herança no simbólico e no imaginário da população brasileira. Ao recuperar a humanidade negra mostrando que ela sobreviveu, o branco também é atingido pelas propostas de projetos de novos marcos civilizatórios interrogantes das moralidades, tanto das relações raciais criadas no período da escravização (RIBEIRO, 2017) quando o negro é desumanizado, e o branco, ao desumanizar, com violência física e simbólica, acaba se desumanizando também, quanto das relações raciais vivenciadas em nossos tempos.

Concluimos com o alerta de Sílvia Almeida (2020) que “não basta educar

Para fazer viver contra a produção sistemática da morte de pessoas negras pela política estatal, insistimos em criar tecnologias de resistência no sentido de manter a vida.

para que as pessoas sejam antirracistas ou para que deixem de ser racistas. [...] a Educação, quando não questiona o racismo, [...] simplesmente vai reproduzir como parâmetro de normalidade a discriminação racial”.

O Coletivo também reforça o alerta e convida as pessoas envolvidas com Educação a repensar, revisar, problematizar a Educação que viemos, enquanto sociedade, reproduzindo.

Só Èsù mata o pássaro de ontem com a pedra que atirou hoje!

Que Èsù nos abra novos caminhos!

Abraços de saúde do Coletivo Quilombelas. ■

Referências:

ALMEIDA, Sílvia. No Roda Viva, a jornalista Vera Magalhães recebe o filósofo, jurista e professor Sílvia Almeida. Disponível em: [Roda Viva | Sílvia Almeida | 22/06/2020](http://RodaViva.org.br/SilviaAlmeida/22/06/2020)

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Acessado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

DAVID, Emiliano de Camargo. Saúde mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infante Juvenil. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

RIBEIRO, Djamilia. O que é: lugar de fala?. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

ROSA, Clélia. Webnário Infâncias e Educação Infantil em Tempos de Pandemia organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogias e Culturas Infantis (GEPPECI-UFAL) - Mesa 2: Por uma Educação Infantil Antirracista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gPA2LMI4Olk&t=30s>

O Rap que empodera!

EQUIPE DE PRODUÇÃO MULHERES IN RIMA
COORDENAÇÃO: CLÉIA ALVES E CIDA ARIPÓRIA

A força das Mulheres In Rima vem de suas caminhadas travadas nas ruas, comunidades periféricas, universidades, aldeias, quilombos e municípios de Manaus, no Amazonas, bem como cidades do Brasil. Falar de arte e cultura, para elas, não é falar somente de entretenimento, mas sim de lutas, conquistas, ativismo e direitos humanos.

Cida Aripória e Cléia Alves, ambas afro-ameríndias, produtoras culturais, rappers e ativistas, já desenvolvem um trabalho com mais de uma década, dedicados à arte/cultura na cidade, de modo especial na periferia, com o Coletivo OcupaMI-NArt, e em parceria com o Fórum Permanente das Mulheres de Manaus, com o Fórum das Mulheres Afro-ameríndia e Caribenhas, com a Rádio Comunitária a Voz das Comunidades, tendo repercussão nacional através da frente Nacional de

ARQUIVO PESSOAL MARIA APARECIDA TRINDADE



Mulheres no Hip-Hop e internacional através dos trabalhos de pesquisa e do Coletivo de mulheres Somos Mucho Mais no Hip-Hop em Cuba. As Mulheres In Rima surgiram em 2017 na marcha 08 de Março em Manaus na luta em combate à violência contra mulher e pautando políticas públicas culturais, através do Hip-Hop, que é instrumento de transformação social, tentando conscientizar a população, a

juventude e as mulheres, sobre direitos, autoestima, empoderamento e equidade de gênero ajudando a população, sobretudo a periférica que é o seu maior campo de atuação.

Por mais visibilidade e equidade de gênero

A visibilidade e equidade de gênero na cultura Hip-Hop AM é pauta levantada pelo grupo por meio de falas nas rodas de debates, encontros, oficinas e principalmente

em composições poéticas, músicas (rap) e nas ações de enfrentamento. As mulheres, cada vez mais, estão ocupando os espaços de poder que sempre foram delas. Na cultura Hip-Hop não seria diferente, embora o machismo seja extremamente presente e, por anos, tenha tentado invisibilizá-las. A luta e força dessas mulheres tornaram-se mais evidentes quando coletivos, crews e grupos de rap se organizaram. Elas passaram a fazer suas próprias ações e a ocupar os quatro elementos do Hip-Hop como protagonistas e, por mérito próprio, tornaram-se parte importante e devem ser respeitadas dentro desses elementos. Dando mais visibilidade para as mulheres negras e indígenas, elas encabeçam o projeto **elas+outras** que fortalece os trabalhos artísticos de outras mulheres que se apresentam nos shows das Mulheres In Rima, com participação especial e/ou para fazer interpretações das músicas de cantoras diversas para divulgar os trabalhos e contribuir para o crescimento de todas.

Falar de arte e cultura, para elas, não é falar somente de entretenimento, mas sim de lutas, conquistas, ativismo e direitos humanos.

Envolvimentos em movimentos sociais

Os movimentos sociais têm fortalecido e empoderado cada vez mais as integrantes. Devido à demanda de ações com as mulheres, resolveram criar o próprio coletivo em 2017 a partir de um evento chamado OcupaMINArt, no qual, de comum acordo com várias mulheres, decidiram que o nome coletivo seria o mesmo do evento, tendo como coordenadoras e fundadoras Cléia Alves, Cida Aripória e outras manas. Esse coletivo nasce da necessidade de estimular o empoderamento e fortalecimento das mulheres nas produções artísticas de Manaus, principalmente no Hip Hop, nos movimentos de cultura popular e na

política, em combate ao machismo, racismo e violência, pensando ainda mais na valorização e no respeito à luta das mulheres no Brasil. O coletivo, que vem promovendo saraus, oficinas, vivências (troca de experiências), moda e roda de conversas também esteve na construção da Marcha das Mulheres de Manaus em 2017. Em 2018 realizou, em parceria com a Frente Nacional de Mulheres no Hip Hop e Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas, o I Fórum Regional de Mulheres no Hip Hop em Manaus (AM). Com a presença de convidadas dos estados de São Paulo, Bahia e Manaus, foram promovidos diálogos com as mulheres sobre a importância desse evento na cidade. O Ocupaminart tem como objetivo realizar essas ações nos municípios (interior do Amazonas) com carência de atenção em todos os sentidos. Com esse propósito, já passou pelos municípios de Careiro da Várzea (mês da mulher), Careiro Castanho, Purupuru, Presidente Figueiredo, Boa Vista do



Ramos, Santa Izabel do Rio Negro e Parintins (1ª Batalha “Tamu Juntas” de mulheres no Hip Hop). Cida Aripória esteve em Recife no 6º encontro nacional da frente de mulheres no Hip Hop, promovido pela FNMH2. As Mulheres In Rima fazem parte dessa organização, representando o estado do Amazonas. Ela afirma que “eventos nacionais são de extrema importância”, - justamente por fazerem “intercâmbios, troca de experiências com mulheres de todos os lugares e entenderem que o Hip Hop do norte, protagonizado por mulheres, está fazendo um grande trabalho de empoderamento

e encorajamento das mulheres principalmente da nova geração”.

Mulheres In Rima Integrado ao Fórum de Mulheres Afro-ameríndia e Caribenhas – ações em parcerias

O tema “Identidade e afirmações étnicas” tem sido um dos mais constante nas letras das músicas e nos shows, pois são mulheres que afirmam suas identidades afro-ameríndias e, portanto, estão engajadas nesse ativismo. As Mulheres In Rima participaram da construção e organização da 5ª Edição do Encontro de Mulheres Afro-ameríndias e Caribenhas,

MULHERES IN RIMA

ocorrida no final de julho de 2018, mês de alusão ao Dia Internacional da Mulher Afro-ameríndia e Caribenha, com o tema “Ancestralizar”. O evento trouxe rodas de conversas para Centro de Tambores Mina Gege-Nagô de Toy Lissa - Agbé Manjá, na Aldeia Kokama e no Quilombo de São Benedito. Em 2020, por se tratar de um ano atípico, devido à pandemia, as reuniões são virtuais e a programação, em formato de *live* para evitar aglomerações. O Fórum de Mulheres Afro-ameríndias e Caribenhas AM é uma importante articulação dos movimentos de mulheres negras e indígenas em Manaus e em outros países da América Latina. Por meio da realização dos encontros anuais, vem conseguindo aproximar os diversos movimentos sociais de mulheres com palestras, rodas de conversas e programações culturais.

Participações em Festivais

As Mulheres In Rima fazem o show chamado representatividade, justamente por serem afro-ameríndias do norte. Com

isso, reafirmam a identidade. O grupo foi um dos 67 contemplados no Edital Latinidades Pretas - Trabalhadoras da Cultura, na edição de maio de 2020. No mês de abril, estiveram no “Festival Hip Hop tá em Casa”, em parceria com o Coletivo Ocupa-MINArt e com a Frente Nacional de Mulheres no Hip Hop. Segundo Cida Aripória, o festival veio com o objetivo de conectar e reconectar mulheres do movimento Hip Hop no Brasil. Durante três dias, 60 mulheres artistas se apresentaram. Foram 20 em cada dia, abarcando cinco regiões brasileiras, com mais de 15 estados envolvidos. No mesmo mês, participaram da primeira edição do Festival Nacional Elas por Elas Online. De acordo com Cléia Alves: “os shows estão sendo realizados em formato de *lives* para que possamos ficar em casa nos cuidando e os festivais são mais um momento das Mulheres in Rima divulgar seu trabalho, dando visibilidade à produção cultural de várias mulheres pretas, indígenas e periféricas”. Ela salienta que é

“O Hip Hop do norte, protagonizado por mulheres, está fazendo um grande trabalho de empoderamento e encorajamento das mulheres principalmente da nova geração”.

importante para “mostrar que no Amazonas tem mulher preta e ameríndia produzindo arte e cultura”. Também participaram do *Make Music Day*, que é o maior evento de engajamento musical do mundo, com transmissão em *live* no Instagram do grupo. O *Make Music Day* envolveu 120 países e mais de 1000 cidades, totalizando mais de 5000 eventos musicais neste dia.

A importância de entender e se envolver com a política

As ações do grupo são voltadas para a população de um modo geral e também perpassam a esfera partidária. Cléia Alves e Cida Aripória, ambas

filiadas ao Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras (PT), entendem que o universo da política partidária é um âmbito transformador e fazem um link entre política e cultura, acreditando nesses dois eixos como norte para aproximar o povo, principalmente a população periférica da política através da cultura e assim saber e entender que o poder de escolher quem nos representa esteja ligado às nossas lutas e causas. A caminhada das mulheres artistas do norte tem uma luta árdua, pois além de lutar contra o machismo, racismo, temos que fazer o enfrentamento contra o preconceito territorial por sermos oriundas da periferia, mais especificamente do norte. Por isso, a importância dessa pauta de afirmação da identidade nas músicas e diálogo, principalmente com a juventude, sobretudo as mulheres, ainda mais em julho, que é o mês simbólico das afro-ameríndias, cuja pauta é evidente e necessária em busca de uma sociedade justa e igualitária. ■

Tendo em vista a necessidade de permanecer em casa devido à pandemia mundial da Covid-19, a nossa agenda desse mês será destinada à divulgação de programações online:

Live “As periferias e o enfrentamento ao coronavírus” do Projeto Reconexão Periferias

Todas as terças-feiras às 17h
(horário de Brasília)

tvPT - Programas sobre coronacrise, economia, política e muito mais.
De segunda-feira a sexta-feira às 11h e às 19h (horário de Brasília)

Rádio Comunitária “A Voz das Comunidades” 87,9FM

na página do facebook e aplicativo
<https://www.facebook.com/radiocomunitariaavozdascomunidades87.9fm/>
Programações diárias das 6h às 20h
(horário de Manaus)

Lives “Periferias e Perspectivas” - Coletivo Ponta de Lança

no instagram @coletivo_pontadelanca
Todos os sábados às 16h (horário de Manaus)

Programa Camisa de Força

Temas do cotidiano pontuando sempre o Hip Hop e a diversidade cultural - no instagram @gangster976
Diariamente

Live Morhan na Quarentena

Assuntos de interesse das pessoas com hanseníase e temas relacionados a pandemia- na página do Facebook “Morhan Nacional”
Toda terça-feira às 18h

Live #DESENROLO da Associação EuSouEu

no instagram @a.eusoueu
Toda segunda-feira às 20h

Live da Feira das Manas de Palmas

no instagram @feiradasmanaspmw
Toda sexta-feira às 20h

Live “Vamos falar de cinema negro?” -

no instagram @coletivocoisadepreto
Toda quinta-feira às 16h

OPORTUNIDADES

Edital	Foco	Prazo	Link
Fundação Catarinense de Cultura	Serão contemplados 215 projetos culturais para proponentes de todas as regiões de Santa Catarina. Mais uma vez a premiação está dividida em três editais: Patrimônio e Paisagem Cultural, Artes Populares e Artes.	até 16/08/2020	https://www.culturaemercado.com.br/site/fundacao-catarinense-de-cultura-abre-inscricoes-para-o-premio/
Organização dos Estados Ibero-americanos em parceria com Secretaria do Audiovisual, vinculada à Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo e do Instituto de Conteúdos Audiovisuais Brasileiros.	Voltado para roteiristas estreadores que tenham criado uma história original, cujo texto permaneça inédito para filmes de longa e curta metragem e séries.	até 01/09/2020	https://oei.org.br/novos-roteiros/
Petrobras Cultural para Crianças	O foco é incentivar produções voltadas para plataformas de consumo de vídeos online, segmento conhecido como streaming, destinadas para o público de até seis anos de idade.	de 01/07 a 24/08/2020	https://ppc.petrobras.com.br/animacao-infantil
5ª edição do Programa de Fomento à Cultura da Periferia	É destinado a coletivos artísticos culturais que atuam há no mínimo três anos nas periferias da cidade ou nos bolsões de alto índice de vulnerabilidade social.	até às 17h de 31/07/2020	https://www.culturaemercado.com.br/site/inscricoes-abertas-para-5a-edicao-programa-de-fomento-cultura-da-periferia/

Programa Funarte de Toda Gente	Foco na geração de trabalho e renda para artistas, produtores e outros profissionais da área, e sua capacitação e inclusão, a iniciativa integra editais de fomento às artes, além de espetáculos, oficinas e outras ações, disponibilizadas em “lives” e vídeos online – e, assim que possível, presenciais.	até 3 de agosto, às 17h59	https://www.funarte.gov.br/artes-integradas/premio-funarte-respirarte-incentiva-a-producao-artistica-nacional/
Fundo Global de Resiliência para Meninas e Mulheres Jovens	Para poder receber recursos do Fundo será necessário já ter recebido apoio financeiro de outras organizações, como Fundação Ford, Plan ou Unicef. Os grupos devem ser liderados por meninas e/ou mulheres jovens com menos de 35 anos para poderem se inscrever.	Não há um prazo definido de limite para envio de pedidos de financiamento	https://es.theglobal-resiliencefund.org/
2º Desafio de Acesso à Justiça	Tem como objetivo reconhecer, premiar e incentivar iniciativas de acesso à Justiça no Brasil, que fortalecem a cidadania, a democracia e os Direitos Humanos.	até o último minuto do dia 24 de julho	https://www.desafiodeacessoajustica.com/
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)	Projetos para o fortalecimento da sociobiodiversidade, envolvendo pequenos e médios produtores rurais, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais. Entre os objetivos da ação está a valorização do meio rural a partir dos produtos, serviços e processos associados à sociobiodiversidade das comunidades.	até 31/10/2020	https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-selecao-projetos-para-fortalecer-atividades-da-bioeconomia
National Geographic	Ações prioritárias específicas e defensáveis para evitar o declínio de uma espécie ou grupo de espécies; projetos que incluem o envolvimento ativo de conservacionistas no início da carreira; projetos que apoiam líderes de conservação dos países em que as espécies ou grupos de espécies ocorrem.	até 21/10/2020	https://capta.org.br/oportunidades/national-geographic/

OPORTUNIDADES

Fundo Volta por Cima	Apoiar empreendedores (as) afetados (as) pela crise do coronavírus que lideram negócios de impacto atuantes nas periferias, ou que beneficiem públicos vulneráveis, por meio da concessão de empréstimos a juros zero. Poderão se inscrever para o processo seletivo negócios de impacto com atuação direta nas periferias ou com públicos vulneráveis que já tenham passado por algum programa da Artemisia e/ou da ANIP	Não disponível	https://impactosocial.artemisia.org.br/fundovoltaporcima
MIT – Mostra Internacional de Teatro Territórios Nordestinos	Para participar, os espetáculos inscritos precisam ter no mínimo cinquenta minutos de duração e pelo menos cinco apresentações realizadas. Não serão recebidas propostas de espetáculos inéditos ou processo de montagem em andamento.	31 de julho/2020	https://fundacc.sp.gov.br/mit-mostra-internacional-de-teatro-territorios-nordestinos/
Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior	Objetiva difundir a cultura e a literatura brasileiras no exterior, com a concessão de apoio financeiro à tradução e à publicação de obras de autores brasileiros no exterior.	12 de agosto/2020	https://www.bn.gov.br/edital/2018/programa-apoio-traducao-publicacao-autores-brasileiros
Fundo Baobá para Equidade Racial	O edital selecionará propostas de ações de prevenção ao coronavírus realizadas com as comunidades periféricas e outros territórios de vulnerabilidade, populações em situação de rua, populações privadas de liberdade, jovens que cumprem medidas socioeducativas e idosos, residentes em áreas remotas de todas as regiões do país, como comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas, ciganos, migrantes, refugiados e outras comunidades tradicionais, nas florestas e ilhas onde haja casos notificados, em fase de análise, ou casos confirmados de contaminação pelo coronavírus	Tempo indeterminado	https://baoba.org.br/edital-para-apoiar-pessoas-e-comunidades-no-combate-ao-coronavirus-ja-esta-aberto/

Matchfunding Enfrente o Corona	Podem participar coletivos, pessoas físicas, pessoas jurídicas de direito privado (com ou sem fins lucrativos) que tenham sido idealizadas e/ou sejam lideradas por pessoas que tenham nascido e/ou vivido em periferias urbanas brasileiras e/ou em outras áreas urbanas em contexto periférico. As áreas temáticas para as iniciativas se inscreverem são: Campanhas de conscientização sobre coronavírus; Cuidados com a saúde física e emocional; Distribuição de donativos e recursos; Sustentabilidade de micro e pequenos empreendimentos.	Contínuo	https://benfeitoria.com/canal/enfrente
Fundos de Ação Urgente	A ação deve ser implementada por organizações da sociedade civil da diversidade de mulheres (incluindo mulheres trans) ou por organizações mistas lideradas por mulheres.	Contínuo	https://capta.org.br/oportunidades/fundo-de-accion-urgente/
Fundação Tide Setubal	Podem participar coletivos, pessoas físicas, pessoas jurídicas de direito privado (com ou sem fins lucrativos) que tenham sido idealizadas e/ou sejam lideradas por pessoas que tenham nascido e/ou vivido em periferias urbanas brasileiras e/ou em outras áreas urbanas em contexto periférico. As áreas temáticas para as iniciativas se inscreverem são: Campanhas de conscientização sobre coronavírus; Cuidados com a saúde física e emocional; Distribuição de donativos e recursos; Sustentabilidade de micro e pequenos empreendimentos.	Contínuo	https://benfeitoria.com/canal/enfrente